

CERTIDÃO

Em razão do julgamento de alguns processos éticos-disciplinares, em obediência ao Art. 72, § 2º do EOAB, a presente ata terá algumas partes fragmentadas:

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015

(2ª Sessão ordinária)

Data: 07 de março de 2013, 14h00min. **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze (07/03/2013), no plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na segunda sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Epitácio Brandão Lopes, OAB/TO nº 315; Vice-Presidente – Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº 2.807; Secretário – Geral – Paulo Saint-Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648; Diretor-Tesoureiro – Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807. **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Alex Hennemann, Antônio Ianowich Filho, Célio Alves de Moura, Divino José Ribeiro, Fernando Palma Pimenta Furlan, Fernando Rezende de Carvalho, osé Augusto Bezerra Lopes, José Pedro da Silva, Luiz Antônio Monteiro Maia, arcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira Nunes, Murilo da Costa Machado, Pedro Carvalho Martins, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes Garcia, Saulo de Almeida Freire, Sérgio Menezes Dantas Medeiros, Túlio Jorge Ribeiro de Magalhães Chegury e Wilmar Ribeiro Filho, e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Márcio Gonçalves Moreira; Rogério Beirigo de Souza. **Conselheiros Federais:** Gedeon Batista Pitaluga Júnior e Carlos Augusto Pinheiro de Souza. **Ausências justificadas:** Secretária-Geral Adjunta – Heloísa Teodoro Cunha, OAB/TO nº 847; Conselheiro Federal André Luiz Barbosa Melo; dos Conselheiros Titulares: Huascar Mateus Basso Teixeira; Dorema Silva Costa, Orlando Rodrigues Pinto e Têlio Leão Ayres A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do Conselho Seccional declarou aberta a sessão, saudando todos os presentes e desejando sucesso nos trabalhos do dia, e parabenizou os aniversariantes do mês de março: Dra. Janay Garcia, Cons. Estadual Suplente (dia 09); Dr. Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, Diretor – Tesoureiro (dia 17); Dr. Silvio Romero Alves Póvoa, Presidente da Subseção de Dianópolis (dia 24). Após, teceu considerações sobre as comemorações da semana da mulher, conclamando todos os presentes a participar das palestras no dia seguinte. Em seguida, iniciando os trabalhos o Presidente anunciou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, ocasião em que suspendeu os trabalhos pelo tempo regimental para leitura da referida ata, após

lida foi feita a **Retificação da Ata:** na fl. 01, linha 32, constar a presença do Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro; no item 07 da Pauta, fl. 03, linha 38, constar que o Conselheiro Alex Hennemann não votou, por estar impedido; na fl. 01, linha 33, constar a presença do Presidente da Subseção de Gurupi, Dr. Albery Cesar de Oliveira; no item 04 da pauta, fl. 03, linha 20, acrescentar a palavra não, assim devendo constar: “*O Conselheiro Fernando Rezende sugeriu que a prescrição não deve ser declarada de ofício.*”; no item 12 da pauta, fl. 04, linha 40, acrescentar: “*O conselheiro Ronan Pinho trouxe para o Conselho a preocupação da situação vivida pelos advogados e jurisdicionados da cidade de Araguaína, no que diz respeito à precariedade das instalações físicas do Fórum daquela cidade; O Conselheiro retratou o caos experimentado pelos colegas da cidade e região e a falta absoluta de condições mínimas de trabalho naquele espaço, o que vem gerando transtornos para todos os militam no foro; O Conselheiro retratou que o TJ já não goza de credibilidade perante os colegas da cidade, haja vista as inúmeras promessas em vão, retratadas pelo lançamento de pedras fundamentais em terrenos onde seriam construídos o novo fórum, sem que nada de concreto acontecesse; O Conselheiro pediu uma posição mais enérgica por parte deste Conselho inclusive por meio do estudo de uma medida judicial a fim de coagir o Estado ou quem de direito a fazer a obra; O Conselheiro pediu o aval do Conselho para estudar a medida judicial cabível, sem prejuízo de intervenções político-institucionais, dada à gravidade da situação.*” Em seguida, o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta a discussão sobre a construção do Fórum de Araguaína; o Conselheiro Ronan Pinho expôs a precariedade do atual Fórum da Justiça Estadual, informou que a construtora que está construindo o Fórum da Vara do Trabalho faliu, e que a segunda colocada na licitação não tem interesse em assumir a obra, propôs que seja feito estudo para viabilidade de ação judicial e caso a proposta seja aprovada pelo Conselho Estadual, que seja depois levada ao Conselho Federal, se dispôs a redigir a manifestação. O Presidente Epitácio Brandão disse que antes quer conversar com a Presidente do Tribunal de Justiça, para tratar do assunto, e também para “colocá-la em mora”. O Conselheiro Rodrigo Otávio sugeriu que não devemos ir ao Conselho Federal, e sim dizer para a Presidente do TJ que a OAB pedirá judicialmente a interdição do Fórum; o Vice Rubens Dário disse que não é pretensão dos advogados de Araguaína a interdição, e sim a construção do novo Fórum; o Conselheiro Ronan Pinho aduziu que o Presidente Epitácio Brandão pode avançar nas duas direções, que precisa do respaldo do Conselho Estadual para não ficar falando sozinho, perguntou se o Conselho Estadual pode se manifestar hoje sobre a proposta de ação judicial; o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse que conhece pessoalmente as condições do fórum Araguaína, sugere que trabalhemos em várias esferas, que se dispõe a levar a discussão para o Conselho Federal, inicialmente como fato político a ser tratado pelo Conselho Federal, e até mesmo até o CNJ, se necessário for, pois deve ser reivindicado uma estrutura mínima para o trabalho dos advogados, juizes, etc., se colocou a disposição para ajudar a resolver o problema. O Conselheiro Célio Moura expôs as péssimas condições do Fórum de Araguaína, disse que os advogados de Araguaína não acreditam mais nas promessas dos Presidentes do TJ, que a luta da OAB é válida nesse sentido. O Conselheiro Adwardes Vinhal manifestou-se solidário com os colegas de Araguaína, acrescentando que em Colinas enfrentam problema semelhante, que uma boa estrutura é essencial para a boa prestação jurisdicional, manifestou-se favorável a uma posição mais firme da OAB; o Conselheiro Fernando Furlan manifestou-se favorável a proposta do Conselheiro Ronan Pinho, disse que o tema já está maduro, é favorável ao fechamento do Fórum; o Conselheiro Murilo Machado argumentou

sobre a legitimidade da OAB para propor ação civil pública, a seu ver há legitimidade, que no mês de setembro começa a ser discutido o orçamento dos Tribunais, que agora é o momento, sugeriu verificar a possibilidade de assinatura de um TAC com TJ, que Araguaína necessita muito mais de um novo Fórum que a Comarca de Guaraí, que o TJ não tem usado bem as verbas, propôs comunicar ao CNJ sobre esses fatos, abrir várias frentes de pressão; o Vice Presidente Rubens Dário informou sobre o início de um movimento no Twitter sobre o Fórum de Araguaína, que o momento é propício, propôs verificar a possibilidade do remanejamento da verba referente ao décimo terceiro e décimo quarto salários dos Deputados Estaduais, que a solução do problema está com o Poder Executivo, que os recursos do TJ estão no limite, que o mais viável é pressionar o Executivo, inclusive com remanejamento de recursos; o Conselheiro Murilo Machado disse que área onde iniciou construção Fórum pertence à Aeronáutica, há um possível desperdício de dinheiro público; o Presidente Eptácio Brandão entende que não há discordância quanto a proposta do Conselheiro Ronan Pinho, que em data próxima fará reunião com a Presidente do TJ e tratará da questão, que devemos aguardar o resultado dessa reunião para depois decidir sobre a ação judicial; sugeriu que o Conselheiro Ronan Pinho fique como relator da comissão a ser criada para tratar do assunto; o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse já ter conversado com o Conselheiro Ronan Pinho, e que com o aval do Conselho Estadual o assunto será tratado em reunião com Presidente do Conselho Federal; o Conselheiro Fernando Rezende disse que o gestor público pensa muito em custo benefício, e o projeto do fórum de Araguaína está orçado em cinquenta e oito milhões de reais, que com esse dinheiro podem ser feitas outras obras, que nosso Fundo de Participação dos Estados vai cair, que esse valor deve ser revisto, está muito alto, deve ser refeito o projeto, que o orçamento do Estado não permite esse gasto; o Conselheiro Ronan Pinho disse que os advogados não são informados de nada, que não conhecem o projeto; o Conselheiro Murilo Machado disse que prédio da Defensoria Pública em Palmas custou dezesseis milhões de reais, concorda com a opinião do Conselheiro Fernando Rezende; o Conselheiro Fernando Rezende informou que o custo da construção federal é de um mil e duzentos reais por metro quadrado. Em seguida o Conselheiro Federal Carlos Augusto sugeriu que Conselho Estadual aprove o envio de requerimento ao TJ para criar a vara de família em Miracema, que conta com cerca de dois mil e oitocentos processos na área de família. O Vice Presidente Rubens Dário compartilha dessa opinião, e o tema será colocado em pauta na oportunidade própria. Em seguida o Conselheiro Célio Moura teceu elogios aos Conselheiros e disse que Araguaína foi a primeira subseção do interior de Goiás, que lá advoga há muito tempo, que é inadmissível a situação do fórum local, que a OAB deve ajudar a viabilizar a construção do novo Fórum, que o local para sua construção já mudou quatro vezes, em função de ingerências políticas, de imobiliárias, etc., que Araguaína merece novo fórum. O Conselheiro Murilo Machado disse que na obra da Defensoria Pública foram atrás do BNDES para viabilizar recursos, que talvez seja hora de buscar uma linha de crédito junto ao BNDES para o Estado construir o fórum. O Presidente Eptácio Brandão colocou em pauta a visita que fez à Comarca de Formoso do Araguaia, e ante a ausência do Conselheiro Wilmar Ribeiro, solicitou ao Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira que relatasse o ocorrido, o que foi feito nos seguintes termos: que a Comarca de Formoso do Araguaia abrange um território muito grande, que na Comarca de Alvorada os advogados estão satisfeitos com o magistrado e com as instalações do Fórum, mas que em Formoso do Araguaia o problema é sério, pois o juiz reside em Palmas, os advogados estão insatisfeitos, nesse momento o Presidente

Epitácio Brandão convocou o Presidente da subseção de Paraíso do Tocantins Raphael Brandão Pires para integrar a mesa; reiniciando, o Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira disse que em Formoso do Araguaia os processos não andam, outro problema é a falta da sala do advogado naquela Comarca, que o juiz se dispôs a fornecer uma sala, se a OAB se dispuser a mobiliá-la, mas que o Fórum será reformado em breve, que o Conselheiro Wilmar Ribeiro ficou de trazer as reivindicações dos advogados de Formoso do Araguaia. O Presidente Epitácio Brandão disse que também em Dianópolis há problemas com o juiz da vara criminal, e convocou o Conselheiro Saulo Freire para relatá-los: o Conselheiro Saulo informou que o juiz Ciro Rosa de Oliveira age com falta de urbanidade, dentre outras condutas incompatíveis, que após se reunirem os advogados encaminharam pedido de providencias à Corregedoria do TJ, que foi aberto processo disciplinar contra o juiz, que outros magistrados e também servidores reforçaram o pedido de providencias da OAB, que o juiz Ciro passou a propor troca favores para alguns advogados, que sua esposa capitaneou nova reunião com alguns advogados, visando aliciá-los, que recentemente o mesmo magistrado está a retaliar todos os advogados que subscreveram o pedido de providencias, e privilegiando os que se juntaram a ele, propõe ao Conselho Estadual que seja feita reunião em Dianópolis com a OAB local, a fim de tentar sanar tal problema, que o juiz Ciro veio de Pedro Afonso, onde deixou histórico ruim, que o protecionismo e o corporativismo é muito grande, que o TJ já ofereceu remoção para Paraíso do Tocantins, mas o juiz Ciro quer Palmas, o Conselheiro Murilo Machado relatou os problemas de um colega Defensor Público sobre gravação de audiência, que melhorou relacionamento em função do movimento dos advogados, o Conselheiro Saulo Freire informou que o juiz Ciro persegue um agricultor que está sendo executado por um banco, apenas porque ele é marido de uma Defensora Pública, que outro juiz de Dianópolis, Celino Jerônimo, foi premiado com aposentadoria compulsória, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que amanhã participará de uma audiência com servidores de Dianópolis e o juiz Ciro, que Um servidor está respondendo processo administrativo, que para a reunião em Dianópolis deve ser convidado o Presidente do Sindicato dos Servidores, o Presidente Epitácio Brandão sugeriu fazer primeiro essa reunião em Dianópolis, e depois levar o assunto a Corregedoria do TJ; o Conselheiro Antônio Ianowich disse que também em Paraíso do Tocantins os advogados enfrentam problemas com o juiz Esmar, que o mesmo não recebe os advogados, mas recebe as partes, e ainda diz que o advogado é quem não trabalha, que esse problema também deve ser analisado pela OAB; o Conselheiro Marcelo Farinha informou sobre problema na Justiça Federal sobre a filtragem de advogados para serem atendidos pelos juizes, propõe montar uma comissão e ir até o diretor do Fórum; o Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira informou que esse tipo de problema ocorre em todo o Estado; o Presidente Epitácio disse que essas questões serão levadas primeiramente à Comissão de Prerrogativas; o Presidente da Subseção de Paraíso do Tocantins Raphael Brandão informou que o juiz Esmar não gosta mesmo de atender advogados, que se apresentou ao juiz Esmar como Presidente da Subseção e foi bem recebido, conversaram sobre todos os problemas de Paraíso, e pediu que Esmar fosse mais acessível aos advogados, que ele disse que iria atender o pedido; o Secretario Geral Paulo Saint Martin relatou que quando chegou em Gurupi o juiz Esmar também não tratava bem os advogados, e que após ser alertado pelo juiz Nelson Coelho Filho o juiz Esmar mudou sua postura, que o juiz Esmar é pessoa séria e honrada, não se envolve em atos de corrupção, e possui boa fama junto ao TJ e ao CNJ, e que entende ser viável tentar sanar esse problema primeiramente com um

diálogo franco com o juiz; o Conselheiro Federal Carlos Augusto disse que também em Miracema tiveram os mesmos problemas com o juiz Esmar, que foi feito representação na Corregedoria do TJ, que logo após ele foi para Gurupi; o Conselheiro Alessandro Canedo disse que a comissão prerrogativas deve estreitar o relacionamento com a Corregedoria do TJ, que aqui não é o foro ideal para ficar debatendo esse tipo de problema, que não devemos pedir favores para juizes, implorando despachos, que não há celeridade nos andamentos dos processos, que o E-proc ainda não está mudando esta situação, que os relatórios de produtividade para o CNJ devem ser debatidos aqui, que nas Varas do Trabalho a celeridade é bem maior, que a OAB não deve deixar esses problemas crescerem; o Conselheiro Fernando Furlan alegou que em Gurupi o ex-juiz Saulo também não gostava de receber advogados e tinha baixa produtividade, que propôs aos advogados gurupienses representar contra esse juiz na Corregedoria; o Conselheiro Rodrigo Otavio pediu para constar em ata que alguns magistrados trabalham seriamente, um deles é o juiz Luiz Otávio, da segunda vara cível de Palmas, o qual tem atuação exemplar; o Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira referendou essa opinião; o Conselheiro Murilo Machado disse que recentemente o CNMP determinou aos promotores de justiça fixarem o horário de atendimento, que deve ser sugerido a Corregedoria do TJ que faça o mesmo; o Presidente Epitácio Brandão acatou a sugestão; o Conselheiro Adwardes Vinhal sugeriu implementar uma procuradoria das prerrogativas na nossa Seccional; o Conselheiro Marcelo Farinha sugeriu fazer nota de repudio sobre esses magistrados; o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga se disse contra essas situações, mas referenda a proposta do Conselheiro Rodrigo Otávio, que é favorável a um diálogo institucional com o judiciário, que a proposta do Conselheiro Alessandro Canedo é boa e produtiva. Nesse momento o Presidente Epitácio Brandão determinou que fosse registrada a presença da Dra Maria José, Presidente da Associação Nacional das Mulheres da Carreira Jurídica, que aniversaria hoje. A seguir o Presidente Epitácio Brandão passou a palavra para o Vice Presidente Rubens Dário discorrer sobre sua ida a Brasília para participar da reunião da Comissão Nacional de Tecnologia e informação. O Conselheiro Federal Suplente Carlos Augusto manifestou que os advogados trabalhistas não estão tendo muito problmas com o PJe, que o mesmo é irreversível, pois está funcionando muito bem no Tocantins. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão retirou de pauta a análise e votação dos balancetes, que será feita na próxima Sessão do Conselho. A seguir o Presidente Epitácio Brandão convocou Pedro Carvalho, presidente da AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) de Palmas para explanar sobre o convênio entre CAATO e AABB, que propões desconto de seiscentos e quinze reais para os advogados adimplentes se associarem a AABB; o Presidente Epitácio Brandão convidou-o para assinarem o convenio, o que foi feito. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão mencionou o termo parceria entre a CAATO e o ITEC. Chamou a representante da ITEC para explanar o convênio, a qual disse que o ITEC trabalha com pós graduação, que esse convenio será na forma de descontos nos cursos do ITEC, e será sorteado uma bolsa para um dos cursos do ITEC, que o sorteio ocorrerá amanhã para as mulheres advogadas. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta o **Item 02 da Pauta**: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REGISTRO DAS SOCIEDADES sob Apresentação, discussão e votação de Registro de Sociedade Simples sob denominação Ianowich Advogados Associados S/S; Gama & Faria Advogados Associados; Arimatéa Pereira & Ramos Advogados Associado. E alteração de registro de sociedades: Martins Aires, Marques & Damacena Advogados; Schuller & Cavalcanre Advogados; Marques e Daher Advogados

Associados; Félix e Marcuzzo Advogados Associados; Rodrigues & Garcia Advogados Associados; Martins & Antero Advocacia S/S; o Conselheiro Antônio Ianowich deu-se por impedido para votar no processo n.º 709/2008. Em seguida o Presidente Eptácio Brandão colocou em pauta o **item 01 da Pauta: PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR: (...)**. E seguida passou-se a colher as manifestações pessoais dos Conselheiros: o Conselheiro Pedro Martins informou sobre proposta da DEBIT para os advogados adimplentes terem acesso ao programa, no valor de aproximadamente nove a dez reais por advogado, por ano, a ser pago pela OAB, que trará a proposta por escrito. Em seguida o Conselheiro Adwardys Vinhal informou que hoje foi preso um colega em Colinas, por não pagamento de pensão alimentícia, e o Presidente da Subseção, que estava em Palmas, ligou para um colega de lá para acompanhar o detido, que o mesmo não ficou sem assistência, que é uma honra participar do Conselho. Em seguida o Conselheiro Ronan Pinho pediu licença para se ausentar. Em seguida o Conselheiro Suplente Rogério Beirigo relatou problemas com Procuradores de Justiça, e referendou os relatos de problemas com magistrados e falta de estrutura do judiciário. Em seguida o Conselheiro Antônio Ianowich expôs sobre a prisão de advogados, o disposto no estatuto advocacia sobre o tema, que no caso do advogado que foi preso em Palmas o juiz protelou a análise do pedido de prisão domiciliar, e propôs que seja sugerindo a Corregedoria do TJ que baixe provimento orientando os magistrados a determinar o recolhimento de advogados em prisão domiciliar. O Presidente Eptácio Brandão incumbiu o Conselheiro Antônio Ianowich de elaborar o requerimento. Em seguida o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga pediu para justificar a ausência Conselheiro Federal André Luiz Barbosa Melo, que no Conselho Federal participará da Comissão de Gestão e Reforma Administrativa, e será Vice Presidente da Comissão Nacional de Mobilização da Reforma Política. Em seguida o Presidente Eptácio Brandão agradeceu o Presidente da CAATO Marcelo Wallace pelos serviços que disponibilizou para as advogadas no dia de hoje, em seguida o Presidente da CAATO Marcelo Wallace falou que o mérito é das advogadas Ester Azevedo e Mery Ab- Jaudí, dentre outras colaboradoras, que muito ajudaram nessas realizações, que esses benefícios foram estendidos às Subseções, e a CAATO ajudará com a parte financeira e logística, que as tratativas para aperfeiçoamento dos advogados devem ser encaminhadas a ESA, agradeceu a todos. O Presidente Eptácio Brandão convidou todos para prestigiar as palestras amanhã, e dar apoio ao dia da mulher. Em seguida encerrou e convidou a todos para a solenidade de entrega de carteiras para os novos advogados. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

Dr. Eptácio Brandão Lopes –Presidente/ **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira** - Secretário-Geral